



MUNICÍPIO DE CUBA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 13

08-05-2020

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório do Centro Cultural de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1- Informações; -----
 - 2- Ratificação da ata da sessão anterior; -----
 - 3- Assuntos de Interesse para o Município. -----
-

ORDEM DO DIA:

- 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea C) do N.º 2 do ART.º 25.º da Lei N.º 75/2013, de 12 DE setembro. (Para conhecimento)-----
 2. Documentos de Prestação de contas individuais do ano de 2019. -----
 3. Revisão nº1 ao Orçamento e Gop's 2020. -----
 4. Relatório de Gestão do Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. -----
-

O Presidente da Mesa saudou todos os presentes, declarou aberta a sessão e pediu para ser feita a chamada. -----

Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros: -----

João Duarte Oliveira Brito Palma; -----

Carlos José Maltez Almeida; -----

Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano; -----

Maria Teresa Horta Pendilhas Calado; -----

José António Rocha Cabrita; -----

Luís António Botecas Varela; -----

José Francisco Ribeiro Roque; -----

Luís Maria Carneira Santa Rita; -----

Maria Julieta Zambujeiro Burriga Caniço; -----

Milene Leonor Cadeireiro Cardoso; -----

João Carlos Segurado Leirão; -----

Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----

José António Carneira Machado; -----

Filipe Domingos Candeias Chora; -----

José Alberto Lança Pacheco; -----

Raul Manuel Viana Amaro; -----

Faltaram à sessão os deputados André Chaveiro Vargas e Maria Joaquina Maltez Salgueiro.-----

Estiveram também presentes nesta sessão o Presidente da Câmara João Português, o Vice-Presidente Francisco Fitas, a Vereadora Noémia Ramos, a Vereadora Jacinta Grilo, o Vereador Luís Barriga, assim como a Chefe de Unidade Dra. Carmen Estrela e o Revisor Oficial de Contas Dr. Carlos Graíña.-----

Verificou-se existir quórum. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1- INFORMAÇÕES;

O Presidente da Mesa contextualizou a realização da sessão na excecionalidade do momento em que vivemos face à situação epidemiológica causada pela COVID-19.

Explicou que esta sessão deveria ter ocorrido em abril de acordo com o estipulado no art.º 27.º da Lei n.º 75/2013, no entanto, a publicação da Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, prevê no seu Artigo 3.º (Órgãos do poder local), que:

1

"1 - As reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30 de junho de 2020.", razão pela qual acontece nesta data. -----

Presidente Assembleia - Elogiou a população de Cuba e os órgãos locais pela atitude face ao momento que nos assola e pelo espírito como cumpriram o Estado de Emergência. Enalteceu a forma como os trabalhadores do Município asseguraram os serviços mínimos tendo em conta os planos de contingência. Informou que esteve presente nas Comemorações do 25 de Abril realizadas este ano de um modo diferente e destacou o trabalho e a forma inovadora com que os trabalhadores levaram a cabo esta iniciativa. Seguidamente deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão, nomeadamente, as Medidas de Apoio para o Movimento Associativo Popular remetidas pelo Partido Os Verdes e o Ofício da Santa Casa da Misericórdia – Pedido de Colaboração, resumindo o documento.-----

Deputado Luís Santa Rita – Cumprimentou todos os presentes. Deixou uma nota sobre o Ofício enviado pela Santa Casa da Misericórdia de Cuba, explicando o conteúdo do documento, assim como as dificuldades e a situação da Instituição em causa. Felicitou a Câmara pela entrega de materiais, salientado que a sua colaboração era fundamental. -----

Presidente da Câmara – saudou a Assembleia Municipal pela realização da reunião presencial. Cumprimentou o revisor oficial de contas agradecendo a sua presença. Em relação à intervenção do deputado Luís Santa Rita entende que o Ofício recebido foi um pedido de ajuda e de alerta. Informou que o Município deu resposta e apoio logístico a esta instituição e outras no concelho. Considerou que a Santa Casa da Misericórdia de Cuba não consegue dar resposta a todos os investimentos realizados. -----

Presidente da Assembleia esclareceu a essência do documento considerou que as intervenções sobre o mesmo (registadas em áudio) não ficariam registadas em ata dando por terminado o assunto em questão e relembrando as funções da Assembleia Municipal.-----

2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;

A Ata da sessão anterior foi aprovada por maioria com uma abstenção.-----

3- ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Presidente da Assembleia – informou que foi apresentada pelos deputados da bancada do PS uma Saudação, assim como os deputados da CDU apresentaram uma Declaração "Por ocasião

do 46º aniversário do 25 de abril e 1º de Maio – Cuba Terra com Alma de Abril!" e uma Moção "Salvar o Trabalho, o Tecido Produtivo e Assegurar a Retoma". -----

Deputado João Leirão - deu conhecimento da Saudação apresentada.

Saudação

"Vivemos hoje tempos de grande incerteza. A aldeia global que habitamos facilitou a disseminação de um vírus que a todos atinge, condicionando a nossa forma de viver em comunidade, a forma como nos relacionamos socialmente nomeadamente, hoje, nesta assembleia.

Ao fim de 46 anos de democracia, dificilmente imaginámos, voltar a sentir os limites bruscos que esta nova realidade impôs às nossas liberdades individuais e coletivas. Mas, apesar do confinamento e das restrições, a Democracia não está, nem poderá jamais estar, suspensa.

*Por isso, mais do que nunca, urge assinalar **Abril**, urge reafirmar os seus valores, urge celebrar uma data maior da nossa história recente, recordar o dia a partir do qual,*

"é possível falar sem um nó na garganta,...é possível andar sem olhar para o chão,...é possível viver sem que seja de rastos,...é possível viver de pé,...é possível ser homem...é possível ser livre..." (Manuel Alegre).

E porque o dia 25 de Abril de 1974 é propriedade do povo Português e de uma nação inteira, Portugal, não poderíamos deixar de enaltecer e saudar, nesta data, a forma responsável como a esmagadora maioria dos portugueses e portuguesas têm cumprido as recomendações e as normas definidas.

Nestes tempos de exceção, há que enaltecer e saudar, também, as várias iniciativas solidárias que transformaram o nosso território numa verdadeira "Terra da Fraternidade", porque este é um problema de todos, onde o comportamento de cada um influencia a vida do outro e onde a palavra liberdade acarreta, acima de tudo, responsabilidade.

São, efetivamente, tempos de exigência aqueles que vivemos. E, nestes tempos, exigem-se sobretudo lideranças preparadas, lideranças competentes. Nestes tempos, quem lidera tem que liderar mais e melhor. E, aqui, há que enaltecer e reconhecer, a capacidade que o governo português demonstrou, até à data, no combate e esta emergência de saúde pública que vivenciamos.

O poder local, uma das maiores conquistas de Abril, também é Estado, e dele também se exigem respostas. Respostas efetivas, à sua escala, complementares, que extravasem perspectivas de ação caritativa e meramente assistencialista. Todos os recursos são poucos para evitar que esta situação de emergência pública se transforme numa emergência social e económica.

O 25 de Abril de 1974 permitiu, também, a consagração do direito à proteção da saúde para todos, criando as condições políticas para instituir um serviço de saúde público, universal, geral, tendencialmente, gratuito. Uma palavra de enorme reconhecimento ao serviço Nacional de Saúde, uma das maiores conquistas da democracia portuguesa, que também, tem demonstrado estar à altura deste enorme desafio, proporcionando segurança aos portugueses, deixando-nos orgulhosos e, demonstrando, que continua a fazer "inveja a muitos países da Europa" (António Arnaut).

A bril também nos permitiu voltar a comemorar livremente o 1º de Maio, o dia em que se celebra o trabalho e o trabalhador. Certos que a pandemia deixará a sua marca, também, no mercado de trabalho, importa continuar a defender o trabalho, a sua importância e a sua dignidade numa sociedade que se quer justa.

Neste dia 1 de Maio de 2020, dia do trabalhador, saudamos todos aqueles que por inerência das funções que exercem estão mais expostos a esta ameaça: profissionais de saúde, forças de segurança, agentes da proteção civil, instituições de solidariedade social, trabalhadores das autarquias, enfim todos os que nos mais diversos setores continuam a trabalhar diariamente na linha da frente para assegurar a satisfação das necessidades de todos os portugueses e portuguesas. Para todos eles, o nosso mais profundo agradecimento.

Porque o respeito pela vida exige o respeito pela saúde, o apoio ao Serviço Nacional de Saúde nunca será demais.

Porque o apoio social aos mais expostos e vulneráveis tem de ser, mais do que nunca, uma prioridade, especialmente, o apoio às famílias e às instituições de Solidariedade Social, que nesta altura vivem dias difíceis e não podem jamais sentir-se esquecidas, por ninguém, durante este combate.

Porque é necessário trabalhar para a recuperação do nosso tecido produtivo, há que apoiar os setores económicos mais atingidos pela pandemia, nomeadamente, na manutenção e adaptação da sua atividade.

Porque em educação nenhuma criança pode ficar para trás, há que assegurar as condições de igual acesso a meios que viabilizem o ensino à distância.

Porque temos "saudades do futuro" (António Arnaut), temos todos de unir esforços para que o maio nos comece a trazer **Abril.**"

Os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Deputado José Cabrita - deu conhecimento da Declaração e da Moção apresentadas, referindo que a última caso aprovada deveria chegar ao Governo e a todos os meios de comunicação.

DECLARAÇÃO

“Por ocasião do 46.º aniversário do 25 de Abril e 1º de Maio – CUBA TERRA COM ALMA DE ABRIL!

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional que marca de forma essencial e indelével o presente e o Futuro de Portugal. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, a Revolução pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Em 2020, face à pandemia do Covid-19, a situação vivida em Portugal e no Mundo reveste-se de uma enorme complexidade e as celebrações de Abril tiveram que ser forçosamente diferentes, porém, jamais esquecidas. Face ao contexto atual, e como Sempre, urge celebrar Abril!

Portugal, apesar dos avanços registados, graças à luta dos trabalhadores e da população, na reposição e conquista de direitos, começa a entrar agora, tal como o resto da Europa, numa nova e grave crise motivada pelo Covid-19 e sobretudo a pretexto do Covid-19. Por um lado, urge travar a proliferação do vírus e proteger as famílias, por outro, urge travar a enorme crise social e recessão que já se faz sentir e que poderá, se não resistirmos a tempo, ter consequências duríssimas na vida das populações, muito para além da duração do estado de pandemia.

Defender as conquistas de Abril é um dever! A situação atual não pode servir para impor aos trabalhadores e às suas famílias os mais diversos abusos, arbitrariedades e violações dos seus direitos, nem para dar cobertura à acumulação de lucros de grupos económicos.

É importante manter Abril vivo como forma de impedir a suspensão ou restrição de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e na exigência de uma mais lesta resposta a problemas estruturais no desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações.

Hoje, mais do que nunca, é importante comemorar Abril e dar valor às conquistas da Revolução, em particular a Segurança Social, que apesar das várias machadadas ao longo dos anos, é o apoio que muitas famílias portuguesas terão nestes momentos mais difíceis, e o Serviço Nacional de Saúde, que apesar das várias tentativas de destruição e enfraquecimento, está na linha da frente no combate à Pandemia, para dar resposta à população Portuguesa.

Celebrar Abril é também dignificar o Poder Local, autónomo e democrático, que mantém, hoje e sempre, a defesa e prossecução dos interesses das populações e que responde, hoje, com medidas de minimização dos impactos negativos à população e à economia local.

Por tudo isto, as comemorações da Revolução de Abril, mesmo que não se tenham realizado na rua, são o momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores e que dê resposta aos problemas do povo e do País. Uma política que respeite a Soberania Nacional e o Poder Local Democrático, com tudo o que representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Comemorar a Revolução do 25 de Abril é também comemorar o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. São os trabalhadores quem têm surgido na linha da frente da situação dramática que se vive, atores fundamentais na batalha contra o Covid-19. São eles a peça fundamental para continuar a dar resposta às necessidades imprescindíveis da população. Por outro lado, são também os trabalhadores as primeiras vítimas da situação, sendo a pandemia um pretexto para lhes cortar os rendimentos ou um pretexto para os despedir.

Por tudo isto, no 1º de Maio devemos relembrar a luta dos trabalhadores e o seu fundamental contributo para combater a política de direita de sucessivos governos e de defender a recuperação e consolidação de direitos, pela dignidade da pessoa humana e pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

As Comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio devem ser sempre um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República."

Moção

Salvar o Trabalho, o Tecido Produtivo e Assegurar a Retoma

"A atual emergência sanitária exigiu a adoção de medidas extraordinariamente difíceis que conduziram ao encerramento do país, da sociedade e da economia e que resultarão numa expectável crise económica e social de proporções desconhecidas. Ao mesmo tempo que pôs a descoberto as fragilidades do Estado, confirmando assim que a transferência de competências

para as autarquias em matérias que deveriam ser da exclusiva responsabilidade do Estado Central só contribuirão para acentuar ainda mais a sua desarticulação e ineficiência, permitiu também comprovar a justeza das reivindicações por um maior investimento em meios humanos e materiais no Serviço Nacional de Saúde, por um maior incremento na produção nacional que permita diminuir a dependência externa do país; e pela necessidade de recuperar para o Estado os sectores estratégicos nacionais (Financeiro, telecomunicações, energético, transportes e o sector da água e dos resíduos).

Neste contexto, sendo prioritária a protecção da saúde das pessoas e salvar vidas, é também determinante que o Estado cumpra o seu papel na salvaguarda dos empregos, salários e no relançamento da economia. Assim, a Assembleia Municipal de Cuba reunida a 8 de maio de 2020 delibera:

- Saudar o empenho de inúmeros profissionais do sector público e privado que continuam a trabalhar todos os dias para tratar dos doentes, para garantir a subsistência das populações e manter o normal funcionamento dos mais elementares serviços à comunidade;
- Exigir ao Governo a garantia do cumprimento das regras laborais e a salvaguarda dos postos de trabalho e dos salários, bem como a atribuição de subsidio a trabalhadores em condições de risco, penosidade e insalubridade;
- Exigir ao Governo uma resposta efetiva às dificuldades de tesouraria que enfrentam milhares de micros, pequenas e médias empresas e de todo o tecido produtivo de forma a travar a sua destruição e assegurar a retoma da economia;
- E exigir políticas que defendam a soberania nacional e que priorizem as pessoas em vez dos mercados e dos grandes grupos económicos." -----

Presidente da Assembleia – Relembrou que tratando-se de uma moção a mesma deve ser discutida e colocada a votação. -----

Deputado Carlos Almeida – considerou que a Moção releva tudo o que o Governo está a fazer, e bem, de acordo com a opinião da bancada socialista, devendo haver incentivos ao Governo e não exigências. Sugeriu à autarquia adotar medidas como o subsidio de trabalhadores em situação de risco. -----

Deputado José Cabrita – Explicou o conteúdo da Moção e considerou haver falhas nas medidas apresentadas pelo Governo, acusando-o de propaganda, nomeadamente, em relação aos apoios prestados às empresas, exemplificando o caso de empresários locais que ainda não foram apoiados financeiramente. Relembrou o papel das Câmaras municipais neste contexto .

3

Deputada Teresa Calado – considerou injusto a acusação de propaganda, pois lembrou o trabalho árduo e a pressão a que o executivo do Governo está sujeito, assim como as limitações do país. Relativamente à parte dos subsídios e apoios às famílias, tendo em conta a sua situação profissional, informou que a resposta das entidades públicas tem sido célere, louvando todos os trabalhadores de backoffice pelo trabalho desenvolvido. Acrescentou que a autarquia, em matéria de Covid, ainda se encontra na fase dos serviços mínimos, devendo haver outro tipo de resposta comparativamente a outros concelhos vizinhos-----

Deputada Julieta Caniço – lamentou o que foi dito pelo deputado José Cabrita, lembrando o esforço de muitos trabalhadores, nomeadamente da Segurança Social, em dar resposta aos pedidos solicitados. -----

Deputado José Cabrita – afirmou não colocar em causa o esforço do Governo em relação à Pandemia, lembrando as injustiças entre as empresas na atribuição do Layoff e as propostas de apoio solicitadas de forma a ajudar micro e médias empresas, uma grande fatia do tecido empresarial. Não devem ser as autarquias a funcionar como rede de proteção social, pois a competência é do Estado enquanto coletor de impostos. -----

Deputada Teresa Calado – considerou demagógico o discurso do Deputado José Cabrita, lamentando a falta de apoio da autarquia às empresas locais. -----

Deputado Luís Varela – mostrou não concordar com as palavras do Deputado José Cabrita, questionando o seu papel enquanto profissional da política. -----

Presidente da Câmara – referiu não concordar com a opinião da Deputada Teresa Calado, justificando o papel do Município numa fase tão difícil para todos. -----

Deputada Teresa Calado – reforçou a ideia de se poder fazer mais tendo em conta as possibilidades do Município. -----

Deputado Carlos Almeida afirmou ser hábito o deputado José Cabrita considerar que a culpa é sempre do Estado, nunca da Autarquia, lembrando situações anteriores. Salientou a importância de medidas tomadas por outras autarquias em relação à cedência de equipamentos informáticos a crianças carenciadas, lembrando que a autarquia deverá complementar o trabalho do Estado. -----

Deputada Milene Cardoso informou que o deputado José Cabrita é o Porta voz da bancada que representa, mas que a reunião não é apenas com ele.-----

Presidente da Câmara – lembrou as funções da autarquia em relação ao apoio às empresas locais e às competências na área da Educação, justificando ser o Estado a complementar o trabalho das autarquias. Informou, também, de que forma outros Municípios acedem a medidas de apoio, nomeadamente, na aquisição de material informático para as crianças ou até aos testes Covid nas creches e lares. Acrescentou ainda, que no seu entender o Município tem

estado em serviços máximos, exemplificando o seu apoio nas diferentes áreas e o valor monetário gasto neste contexto. -----

Deputada Julieta Caniço – não considerou verdadeiras as afirmações do Presidente da Câmara, justificando critérios técnicos e de seleção no acesso das instituições aos testes Covid e evidenciando as diversas formas de atuar de autarquias vizinhas. -----

Deputado José Cabrita - voltou a distinguir o papel do Estado e da autarquia. -----

Presidente da Assembleia – propôs a Moção a votação. -----

A Moção foi aprovada por maioria com 6 votos contra. -----

Presidente da Assembleia – questionou o executivo em relação à supressão de carreiras de transporte, algo que está a afetar muitos munícipes do concelho de Cuba. -----

Presidente da Câmara – informou que a Rodoviária alterou horários e suprimiu carreiras causando transtorno aos utilizadores, estando o Município obrigado a cancelar o apoio financeiro que lhe atribuía, caso a situação não fosse resolvida. -----

Presidente da Assembleia – esclareceu os deputados sobre as formas de divulgação dos documentos apresentados anteriormente pelas duas bancadas. -----

Propôs uma alteração à Ordem de Trabalhos , aprovada por unanimidade. -----

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Deu-se cumprimento ao consagrado no n.º 2 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, designadamente:

2 - A obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais, conforme previsto nos artigos 49.º, 70.º e 89.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à , Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, fica suspensa até ao dia 30 de junho de 2020, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia sempre que tecnicamente viável. -----

ORDEM DO DIA: -----

2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS DO ANO DE 2019.

Foi presente à Assembleia uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor: -----

3

"Foram presentes à Câmara, para apreciação e votação, os documentos de prestação de contas, relativos à Gerência de 2019, que se anexam à presente minuta, dela ficando a fazer parte integrante. -----

O **Presidente da Câmara** fez, em traços gerais, de forma sucinta e resumida a apresentação do documento. -----

A **Dr.^a Carmen Estrela** fez a apresentação técnica do documento.-----

Os Senhores Vereadores do PS apresentaram as seguintes considerações: -----

"DECLARAÇÃO DE VOTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

O relatório de gestão desta prestação de contas relativa ao exercício de 2019 é, mais uma vez nas suas considerações políticas e à semelhança dos apresentados em anos anteriores, uma súplica de fantasia e inverdades que pretende disfarçar a realidade do que importante foi feito em 2019, ou seja muito pouco.

Se não fosse a seriedade com que estes assuntos devem ser tratados, diríamos que este documento roça até o hilariante em algumas passagens, designadamente quando considera o ano de 2019 como ímpar "*na história do poder local democrático no concelho*", quando a conclusão da Casa Fialho de Almeida foi a única iniciativa de significativo valor acrescido ao concelho durante este período e, mesmo assim, após penosos anos em que esteve em execução, com atrasos e indefinições nem sempre justificáveis.

Continuamos a ver nestes documentos a visão ideológica e incompreensivelmente retrógrada que continua a existir no seio do PCP sobre determinadas matérias, como a falta de abertura que persiste para enfrentar e assumir as transferências de competências do estado central para as autarquias como uma oportunidade e não como um problema, que afinal se resume a pouco mais do que uma luta sobre a discussão das verbas a afetar em contraponto com as claras vantagens que a proximidade poderá trazer ao bem-estar dos nossos munícipes. O Município de Cuba continua a seguir com obediência a cartilha da Soeiro Pereira Gomes sobre este assunto e, como se vê neste documento, a atacar o Governo e até o Tribunal de Contas sempre que não vê aprovadas ou validadas as suas intenções, com uma certeza implícita perfeitamente descabida e que revela falta de respeito pelas instituições e regras que definem o nosso estado de direito democrático.

Em termos de desenvolvimento económico, é curioso verificar que a inação deste executivo nesta matéria é simplesmente justificada pela existência de fatores que a autarquia não controla e, mais uma vez, dependem do poder central. É uma visão muito redutora daquilo que uma Câmara Municipal pode e tem obrigação de fazer em termos

de dinamização, infraestruturação e promoção empresarial, embora isto não seja mais do que a continuidade do que tem sido a imagem de sete anos de maioria CDU no nosso concelho.


Também já é esgotante o constante discurso sobre a redução da dívida do Município quando, na verdade, houve apenas e mais uma vez em 2019 o pagamento obrigatório do serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo e prazo contraídos em anos anteriores para concretizar investimento, resultantes dos planos de pagamento celebrados com as instituições bancárias, como qualquer cidadão normal tem de fazer regularmente com seu crédito à habitação. Se tivesse existido uma amortização extraordinária de algum empréstimo, aí sim, estaríamos a falar de redução da dívida, situação que não se verificou. É pois um discurso para tentar iludir os mais desatentos e, de alguma maneira, culpabilizar executivos anteriores que contraíram esses mesmos empréstimos, esquecendo-se no entanto de dizer que os mesmos serviram para realizar obra que está à vista e a servir toda a população.

Mais grave ainda é o relatório de gestão concluir que *“continuamos a reduzir a dívida do município sem colocar em causa o investimento necessário para o desenvolvimento do concelho de Cuba”*, quando os dados espelham exatamente o contrário: a despesa corrente representa 81,5% da despesa total, o valor das despesas de investimento decresce 27% face ao ano anterior e o endividamento de curto prazo aumentou cerca de 24%.

Analisando alguns dados e números desta prestação de contas de *“um ano de dinâmica ímpar”*, verifica-se que 2019 foi o ano em que as receitas de capital tiveram um valor mais baixo desde 2017, com uma execução orçamental de apenas 56,48%, dando continuidade à falta de investimento que tem pautado este mandato. O próprio relatório justifica este valor tão baixo pelos novos projetos candidatados não se terem iniciado, sendo a culpa sempre do Estado Central pelos atrasos na aprovação de candidaturas e nunca por incapacidade, falta de planeamento ou até incompetência do Município.

Mas a melhor maneira de ver o *ano de excelência que foi 2019*, será comparando aquilo que o orçamento proposto para 2019 previa e o que depois foi efetivamente concretizado. Sem querermos ser exaustivos e só para falar em ações de investimento, passamos a referir algumas das ações que tinham rúbricas próprias nas GOP para 2019 e que não se realizaram:

- Reabilitação do Largo Cristovão Colon;
- Passagem pedonal coberta entre o Agrupamento de Escolas e o Pavilhão;
- Centro de Recolha Oficial de Animais (Canil/Gatil);

- 
- Projeto Ecopark – Praia Fluvial na Barragem de Albergaria dos Fusos;
 - Requalificação dos espaços desportivos na Escola Profissional de Cuba;
 - Reabilitação de arruamentos no âmbito do PAICD;
 - Construção do Lar de Vila Ruiva;
 - Construção da Casa Mortuária de Vila Ruiva;
 - Beneficiação de estradas e caminhos municipais;
 - Reabilitação da Estrada de Circunvalação;
 - Reabilitação da Rua 1º de Maio;
 - Reabilitação da Taberna do Canhoto;
 - Reabilitação dos Lavadouros Municipais;
 - Requalificação da entrada de Vila Alva e arranjos exteriores do Polidesportivo;
 - Alargamento do Cemitério de Albergaria dos Fusos;
 - Alargamento do Cemitério de Vila Ruiva;
 - Reabilitação do Centro Polivalente de Vila Ruiva;
 - Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva;
 - Construção de bancadas, balneários e serviços de apoio no Campo de Jogos Dr. Amado Aguilar.

Já sabemos que a justificação para algumas não realizações desta longa lista de inação será a não aprovação de muitas candidaturas apresentadas e a recusa de visto do Tribunal de Contas dos empréstimos contratados, mas temos de ser sérios e não iludir os nossos munícipes com falsas promessas e intenções. É fácil dizer que vamos fazer tudo quando à partida se sabe que isso não é possível, porque há sempre a imprevisibilidade de um concurso, uma candidatura, um financiamento. Os cidadãos têm de perceber quem lhes fala verdade e quem os tenta iludir, não se podendo ir atrás de discursos fáceis e enganosos.

Uma questão que também nos preocupa e que esta conta de gerência vem demonstrar é o excessivo peso das despesas com pessoal no orçamento municipal. Bem sabemos a importância que a criação de emprego através do Município tem nestes concelhos do interior mas, como temos referido em várias ocasiões, teremos sempre de ter em conta e garantir a sustentabilidade financeira da autarquia. Revela este documento que as despesas com pessoal aumentaram 18,25% relativamente a 2018, com um acréscimo de mais de 430.000,00€. É ainda mais preocupante quando se constata que o valor dos encargos com o pessoal já representam quase metade (47,75%) do total do orçamento, sendo esta componente responsável em grande parte pelo aumento dos custos

operacionais verificados neste exercício (+ 700 mil euros), levando ao agravamento dos resultados líquidos em cerca de 87% face ao ano anterior.

Uma outra situação que constantemente vai merecendo as nossas críticas e preocupação é o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, importante indicador para controlar e limitar o despesismo corrente, tendo-se mais uma vez verificado que não foi respeitado, havendo um saldo corrente negativo inferior a 5%, a compensar obrigatoriamente em 2020. Será importante recordar que, durante este mandato e em três contas de gerência apresentadas por este executivo CDU, o saldo corrente foi negativo em duas delas. Mais um ano ímpar em termos de respeito pelas regras orçamentais!

Em termos da situação económica e como o próprio relatório de gestão refere, o resultado líquido do exercício foi negativo, cifrando-se em -832.000,00€, embora parte deste valor seja muitas vezes justificado pela afetação ao património de vários investimentos realizados, situação que não será totalmente aplicável no presente caso porque as obras indicadas como concluídas em 2019 só irão gerar amortização no ano seguinte, resultando até um valor amortizado em 2019 inferior ao do ano anterior. Já no respeitante à situação financeira, revela também o relatório que a sua evolução não foi positiva, com um decréscimo nos fundos próprios de cerca de 200.000,00€. Se os indicadores de autonomia financeira e do grau de cobertura do imobilizado se mantiveram semelhantes a 2018, já a liquidez geral teve uma redução significativa que implicou uma situação de tesouraria menos desafogada, levando a terem ficado 118.798,00€ de pagamentos em atraso.

Em jeito de conclusão e embora discordando com muitas das opções políticas que se vêm refletidas nesta conta de gerência, a nossa posição na votação deste documento será a abstenção.

O Sr. Presidente da Câmara deixou a seguinte nota:

“O segundo ano deste mandato 2017-2021 ficou marcado por uma dinâmica ímpar e extremamente exigente para todos os sectores dos serviços autárquicos que, com um enorme empenho e criatividade, deram uma resposta irrepreensível contrariando as adversidades causadas por um orçamento municipal bastante penalizado pelas reduzidas transferências do Estado, fundadas numa Lei das Finanças Locais que é, não nos cansamos de afirmar, extremamente injusta para o concelho de Cuba; e pela continuidade na realização de diligências políticas na defesa de soluções urgentes para as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias importantes para o desenvolvimento do concelho e para a região.

13

Sem dúvida que um dos factos mais relevantes do ano de 2019 foi a inauguração do Museu Literário “Casa Fialho d’ Almeida”, no dia 10 de junho, dia de Camões de Portugal e das Comunidades Portuguesas. Representando um investimento de mais de um milhão de euros, a abertura da casa museu foi, sem dúvida, um momento extremamente importante para o município e para a população do concelho. Enquanto único Museu Literário do Baixo Alentejo, este espaço de excelência representa um relevante investimento na cultura e no turismo.

O ano de 2019 foi, acima de tudo, o ano da realização de inúmeras obras de manutenção do edificado municipal ou em edificado com importância histórica para o concelho de Cuba. Realizaram-se obras de pintura e recuperação do Posto Territorial da GNR de Cuba; de pintura da Igreja de São Sebastião em Cuba; de arranjos, melhorias e pinturas na Biblioteca Municipal de Cuba; de arranjos e pintura da fachada da Igreja do Carmo e de parte do edifício do antigo convento do Carmo; de iluminação arquitetural da Igreja Matriz de Cuba; de arranjos e pintura na Casa do Trabalhador de Faro do Alentejo; e de conservação e melhorias no Centro de saúde de Faro do Alentejo. Mas 2019 também foi um ano de pequenas e importantes obras. Neste âmbito procederam-se a obras que conferiram à Piscina Municipal coberta uma maior eficiência energética e um maior conforto na sua utilização por parte dos utilizadores; ampliou-se o polo escolar de Faro do Alentejo, obra que resulta das verbas recolhidas com o aumento pontual do IMI; Iniciaram-se as obras do parque de estágio de animais (canil); e adaptou-se um imóvel municipal a residência para estudantes da EPC, dando continuidade a uma aposta na realização de obra com recurso à capacidade técnica dos trabalhadores da autarquia que continua a ser uma imagem de marca do executivo CDU, com os resultados a comprovarem a aposta ganha nesta estratégia de valorização dos nossos trabalhadores.

Apesar das verbas garantidas pelo município no atual quadro comunitário e das obras adjudicadas, a verdade é que em 2019 não foi possível concretizar algumas das empreitadas programadas. A realização de grandes obras por parte de um município sem capitais próprios suficientes para financiar a componente não comparticipada pelos fundos estruturais, requer a contratação de empréstimos junto das instituições de crédito, colocando o município na dependência da “intervenção” de entidades externas, cujos pareceres vinculativos, além de exigirem um procedimento demasiado burocrático, contêm uma componente de avaliação subjetiva de desfecho pouco previsível. Foi precisamente esta uma das principais razões que contribuíram para a impossibilidade de iniciar obras importantes para o concelho de Cuba, como é o caso da Requalificação da Estrada da Circunvalação e a Reabilitação da Rua 1.º de Maio. Após

um processo moroso, que decorreu durante todo o ano de 2019 para a emissão do parecer do Tribunal de Contas sobre a contratação dos empréstimos necessários, na sua pronúncia, o órgão não acompanhou a decisão da autarquia, numa avaliação com a qual não concordamos e que consideramos mais política do que de controlo financeiro. Não só porque o município dispõe de capacidade de endividamento, razão pela qual não teria que recorrer ao mecanismo de financiamento comunitário através do Banco Europeu de Investimento conforme foi sugestionado pelo TC, mas, também, porque continuamos a acreditar que os critérios utilizados para a ordenação das propostas apresentadas era a melhor para a autarquia.

Existiu um trabalho extremamente dinâmico e nalgumas áreas sem paralelo, nomeadamente, na cultura, na educação, no turismo e na ação social e saúde, apenas para citar algumas delas.

Foi um ano extremamente exigente no planeamento e na estruturação de projetos e candidaturas, na sua larga maioria produzidas internamente e com recurso à capacidade técnica dos trabalhadores.

No ano de 2019 podemos afirmar que, ainda mais, se continua a verificar uma elevada taxa de aprovação nos projetos candidatados pelo município aos fundos comunitários, onde tem recebido avaliações elevadas sobre o mérito das candidaturas, enquanto persistem complicações incompreensíveis nos processos apresentados aos fundos soberanos, como é o caso das candidaturas do Ecoparque do Alentejo Central e da Taberna do Canhoto ao Programa Valorizar da Turismo de Portugal que se arrastam há dois anos sem qualquer conclusão, apesar de todas as diligências já feitas pelo município.

A execução deste ambicioso orçamento e respetivas Grandes Opções do Plano para o ano de 2019 foi concretizado sem colocar em causa a prossecução da trajetória descendente do endividamento da autarquia. Apesar de toda a campanha de desinformação existente, por parte da oposição, a verdade dos números é objetiva e factual - de 2012 a 2018 reduzimos a dívida municipal em mais 700 mil. E na atual prestação de contas de 2018 para 2019 a redução do total da dívida a terceiros voltou a diminuir, no montante de cerca de 60 mil euros, cifrando-se neste momento nos €2 389 042,28, ou seja, continuamos a reduzir a dívida do município sem colocar em causa o investimento necessário para o desenvolvimento do concelho de Cuba.

Por último destacar que durante o ano de 2019 investimos cerca de 270.000 euros na Dizer aos vereadores que os resultados líquidos negativos são ajustamentos feitos pelo atual revisor de contas que não concorda com a política seguida anteriormente no que toca à classificação das despesas da componente fixa da água e é também influenciado pelos gastos feitos com as contratações de pessoal que é uma decisão política que assumimos e iremos pensar no futuro na contratação de pessoal dando uma resposta à resolução dos problemas das famílias.

Por último gostaria de destacar esta declaração de voto feita pelos vereadores do PS cheia de termos grosseiros e nalguns casos ofensivos onde é afirmado claramente que nada foi feito mas o seu sentido de voto volta a ser a abstenção o que demonstra bem a sua visão política que se resume à falta de coragem e de poder de decisão. aquisição de máquinas, materiais, fardamento e equipamento de proteção individual para funcionários, com o claro propósito de criar as condições necessárias para uma resposta mais eficiente por parte dos nossos trabalhadores às necessidades da população. Este investimento nos trabalhadores tem-se traduzido num aumento do seu empenho e autoestima, fatores preponderantes para o sucesso em toda a linha de atuação da Câmara Municipal de Cuba.

O Sr. vereador Luís Barriga disse, em nome dos vereadores do PS: "gostávamos de referir que não há aqui nenhuma falta de coragem ou falta de poder de decisão pela nossa posição ter sido a abstenção. Tem sido sempre este o sentido de voto que expressamos, em circunstâncias normais quando aqui são apresentados documentos como este que refletem actos de gestão, de vossa inteira responsabilidade, o que igualmente acontece com as revisões e alterações ao orçamento. Apesar de não concordarmos com muitas das opções tomadas e termos uma visão diferente em algumas matérias, temos de as respeitar democraticamente."

O Sr. Presidente da Câmara disse: "aquilo que o vereador acaba de dizer vem reforçar a minha última intervenção. Acabámos de discutir o balanço do trabalho de um ano e os vereadores consideram que foi mau no entanto optam pela abstenção. Se acham que é para isso que foram eleitos, para se absterem em todas as situações, a opção é vossa."

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou: -----

1º- Aprovar os Documentos de Prestação de Contas individuais do ano de 2019, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro; -----

2º- Remeter o referido documento para apreciação e votação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) conforme determina a alínea ccc) do nº1 do referido artigo 33.º e a alínea l) do n.º2 do art.º 25.º da mesma lei; -----

3º- Tomar conhecimento de que a apreciação e votação dos documentos pelo órgão deliberativo deveria ser efetuada durante o mês de Abril, de acordo com o enumerado no nº 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, no entanto, com a publicação da Lei n.º 1-A/2020, de 19

de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, o seu Artigo 3.º prevê que: *“As reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30 de junho de 2020.”* -----

Foram também presentes à Assembleia a versão final da Certificação Legal das Contas e do Parecer do ROC (Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda). -----

Presidente Assembleia – Agradeceu o esclarecimento técnico da Dra. Carmen concedendo a palavra ao Dr. Carlos Grainha, revisor oficial de contas. -----

Dr. Carlos Grainha – Cumprimentou o executivo e todos os presentes. Considerou que o Município é pequeno, com recursos limitados constituindo um fator significativo na prestação de contas. Justificou o Parecer do ROC. -----

Presidente da Assembleia – colocou o ponto a discussão. -----

Deputado Luís Santa Rita – solicitou o valor total da despesa corrente de 2019 e o resultado líquido do executivo. -----

Dra. Carmen Estrela – esclareceu o deputado Luís Santa Rita. -----

Deputado Luís Santa Rita – comparou o orçamento em questão e o do ano anterior, considerando desastroso o ano de 2019, principalmente no que se refere aos projetos. Analisou os dados apresentados, acrescentou que não existiu criação de emprego à exceção do Município que contratou mais funcionários, tornando maior a despesa com o pessoal. Afirmou ainda, não haver investimento nem desenvolvimento económico no concelho, concluindo que o executivo apenas faz propaganda não cumprindo o números de postos de trabalho prometidos, nomeadamente com a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados. Enumerou vários problemas como a higiene das ruas e o abandono dos edifícios. -----

Presidente da Assembleia – interrompeu o deputado exigindo que colocasse a questão sem dispersar para outros assuntos. -----

Deputado Luís Santa Rita – não concordou com a intervenção do presidente da assembleia. Concluiu chamando a atenção para o problema das estradas municipais e a não eletrificação dos montes. -----

Deputada Milene Cardoso – não concordou com as afirmações proferidas anteriormente pelo deputado Luís Santa Rita. Questionou se a Câmara estava de facto em desequilíbrio orçamental. -----

Presidente da Câmara – explicou que a Câmara se encontra abaixo dos 5% não estando em incumprimento. -----

4

Deputado José Cabrita -relembrou que uma situação de desequilíbrio não é um incumprimento, é uma situação pontual. Perguntou ao executivo se foi criado emprego e qual o objetivo para a localização de empresas no concelho. -----

Presidente da Câmara – frisou que os deputados não devem esquecer que há projetos com verbas plurianuais. Evidenciou a questão do decréscimo do desemprego no concelho, o aumento do número de habitantes, e o crescimento da derrama, considerando haver mais empresas. Informou ainda, que brevemente se fixará em Cuba uma superfície comercial. -----

Deputada Teresa Calado – constatou que houve um decréscimo do desemprego a nível nacional, não só em Cuba. No que se refere ao orçamento, voltou a lembrar as verbas disponíveis, não utilizadas, para a promoção do Parque Empresarial. -----

Deputado Carlos Almeida – relembrou os números dos Censos de 2011 no que diz respeito aos habitantes do concelho. -----

Deputada Julieta Caniço – leitura de Declaração de Voto.- -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

“Não obstante a nossa posição de votação deste documento ser a abstenção, importa reafirmar a nossa discordância com os principais resultados nele expressos e que espelham, claramente, aquela que tem sido a gestão e o nível de ambição deste executivo em regime de permanência, para o concelho de Cuba.

Um nível de ambição que lhes permite classificar o trabalho realizado no ano de 2019 como ímpar “na história do poder local democrático no concelho”, num período onde a única iniciativa de significativo valor acrescido para o concelho foi a conclusão da Casa Fialho de Almeida. Ainda, assim, um projeto com o cunho do Partido Socialista, cuja fruição pública tardou e, ainda assim, resultou na sonegação de parte do legado que se pretendia transmitir e preservar com a criação deste espaço. O Centro Manuel de Castro não é hoje uma realidade por decisão deste executivo CDU. Um centro vivo, criativo e pedagógico; um centro interpretativo, promotor da educação literária, da disponibilidade mental para o imprevisto, o cante a vozes e a décima. Mais uma má decisão.

No que ao relatório de gestão da prestação de contas relativa ao ano de 2019 respeita, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, a palavra que melhor o caracteriza é o “desinvestimento”. Desinvestimento este que é materializado na inação total em matéria de desenvolvimento económico de um executivo que ao longo de vários anos de mandato cumpre com a mera gestão do dia a dia.

Um ano de 2019 que se caracteriza por: mais despesa corrente, menos despesa de investimento, aumento do endividamento a curto prazo, redução de fundos próprios em

cerca de 200.000 € e menor desafogo de tesouraria, registando-se cerca de 119.000 € de pagamentos em atraso.

Constata-se no relatório que o resultado líquido do exercício foi negativo em 832.000,00€, situação esta que não pode unicamente ser justificada pela afetação ao património de vários investimentos realizados, até porque o valor amortizado em 2019 é inferior ao do ano anterior.

O cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, importante indicador para controlar e limitar o despesismo corrente, regista um saldo corrente negativo, sendo importante recordar que durante este mandato e, em três contas de gerência apresentadas por este executivo, o saldo corrente foi negativo em duas delas.

Persiste a falácia sobre a redução da dívida do Município quando, na verdade, não existiu qualquer amortização extraordinária, apenas o pagamento obrigatório dos empréstimos de médio/longo e prazo contraídos para concretizar infraestruturas que servem hoje a população do concelho de Cuba.

Apesar das considerações em apreço resta-nos agradecer o contributo, o empenho e a dedicação dos trabalhadores da autarquia que mais não fazem porque as decisões políticas não o permitem." -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 6 abstenções dos deputados do PS, foi aprovada a Prestação de Contas de 2019, nos termos em que havia sido apresentada pela Câmara Municipal.

3. REVISÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2020.

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor:-----

"Foi presente à Câmara a informação n.º 18/2020, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no Dec-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

" As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial". -----

Na revisão n.º1 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com futuros compromissos de natureza diversa. A nível do orçamento da receita as



previsões corrigidas estão relacionadas com a aprovação do Orçamento de Estado 2020 e de adendas a contratos de financiamento. Ainda relativamente ao orçamento da receita foram dotadas classificações. O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2016 11 /16 -O reforço ocorreu para fazer face ao procedimento relacionado com a aquisição e licenciamento da aplicação Mydoc e Informix; -----

02 242 2019 1 -O reforço ocorreu para fazer face ao lançamento do procedimento relacionado com o Plano Municipal Emergência e Proteção Civil; -----

02 244 2016 3 ação 3 e 4 O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de hardware e software para o projeto de requalificação da rede de água para abastecimento publico controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água; -----

02 251 2002 44 ação1- O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de equipamento de som; -----

02 251 2018 4 ações 2 e 3 O reforço ocorreu para fazer face a retificação de verbas face a aprovação da 1ª adenda ao contrato de financiamento; -----

02 252 2002 53 ações 1 e 2 O reforço ocorreu para fazer face ao fornecimento e montagem de alteração do controlo de temperatura do circuito fechado do AQS das Piscinas Municipais e a aquisição de um ar condicionado para o ginásio municipal; -----

02 252 2003 8 ações 1 a 7 -O reforço ocorreu para fazer face a ratificação de verbas face a aprovação ao contrato de financiamento; -----

02 252 2019 4 -O reforço ocorreu para fazer face a abertura de novo procedimento da empreitada relativa ao projeto em epígrafe; -----

02 252 2019 10 -O reforço ocorreu para fazer face a abertura de procedimento da empreitada em epígrafe; -----

02 252 2020 4 ações 1,2,3 e 4- criação de novo projeto; -----

03 331 2002 61 ação - 1 O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de asfalto frio em sacos;

03 331 2002 64 - O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de sinalização; -----

04 430 2005/6 ação 5- criação de ação (o reforço ocorreu para fazer face a aquisição de software para o arquivo municipal); -----

04 430 2015 5 ação 4- criação de nova ação; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:-----

01 111 2014 5010 ação -1 O reforço para fazer face a acertos de cabimentação do procedimento de prestação de serviços de manutenção de software da AIRC durante o ano de 2020; -----

01 121 2002 5010 -O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação; -----

01 121 2020 5008 ações 1 a 7 -criação de novo projeto(fundo de emergência covid 19); -----

3

- 02 211 2004 5003 ação 3 -o reforço ocorreu para fazer face a retificação de classificação material para o ATL de Vila Alva; -----
 - 02 211 2010 5006 -O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação do protocolo com a EBI; -----
 - 02 221 2008 5001 -O reforço ocorreu para fazer face a transferências atribuídas e relacionadas com o projeto; -----
 - 02 232 2005 5003 –Projeto dotado para fazer face a futuras transferências; -----
 - 02 232 2014 5014 ação 1 -O reforço ocorreu face a aprovação de um projeto do IEFP (Ceii +); ---
 - 02 232 2020 5009- criação de projeto, para fazer face a futuras transferências; -----
 - 02 244 2018/5028- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----
 - 02 244 2018 50028- O reforço ocorreu para fazer face a futuros compromissos relacionados com o projeto; -----
 - 02 246 2002 5030 -O reforço ocorreu para fazer face ao lançamento de procedimento relacionado com o controlo de pragas; -----
 - 02 251 2002/5031 ação 6- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto; -----
 - 02 251 2002 5035- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação de protocolos relacionados com o projeto; -----
 - 02 252 2002 5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação de protocolos relacionados com o projeto; -----
 - 04 420 2002 5061 ação 1 O reforço ocorreu para fazer face a transferências para a junta de freguesia de Vila Ruiva. -----
- A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou deliberou aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2020 e remeter o documento para a Assembleia Municipal. -----
-
- Não se registaram intervenções.-----
-
- Não sendo necessário prestar quaisquer esclarecimentos, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 6 abstenções dos deputados do PS, foi aprovada a Revisão ao Orçamento e GOP's de 2020 , nos termos em que havia sido apresentada pela Câmara Municipal. -----
-

3

4. RELATÓRIO DE GESTÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPESSOAL, LDA.

Foi presente à Assembleia Municipal uma certidão de deliberação da Câmara Municipal que é do seguinte teor:-----

“Foi presente à Câmara, para conhecimento, o Relatório de Gestão do CEFPPDM, referente a 2019, bem como o Relatório e Parecer do Fiscal Único, o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria e a Certificação Legal das Contas com o Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, documentos que dada a sua extensão se anexam à presente Ata, dela ficando a fazer parte integrante. -----

A Câmara tomou conhecimento.” -----

Deputada Teresa Calado – após consulta do documento manifestou algumas dúvidas, nomeadamente, na questão das verbas plurianuais, no motivo da contratualização de um empréstimo no valor de 55 mil euros, em setembro de 2019 , no valor utilizado em conta caucionada, no final do ano, e num projeto candidatado que causou algum constrangimento, assim como na transferência de verbas entre a escola e a Câmara, e as verbas do Programa ERASMUS. -----

Relembrou ainda que na assembleia de setembro do ano anterior foi solicitado um documento que deve acompanhar o contrato programa, por lapso não foi entregue. Acrescentou algumas questões sobre a rubrica de deferimentos, agradecendo um esclarecimento técnico sobre os assuntos apresentados. -----

Revisor de Contas – prestou os esclarecimentos em relação às contas da escola, informando que as mesmas estão “limpas” e “corretas”, salientado que devem haver sempre melhorias a fazer e que a escola sobrevive dos vários projetos financiados por várias entidades. Justificou os valores da conta corrente com as dificuldades e oscilação de tesouraria e recordou que o estatuto da escola deverá ser analisado. Concluiu dizendo que as transferências feitas entre a Câmara e a escola estão contratualizadas e dentro do que a lei permite. -----

Presidente da Câmara – esclareceu que as verbas do programa ERASMUS foram contabilizadas em 2018 , que os Contrato Programa são os normais, que a escola , à semelhança de outras, não é uma empresa local, e que o empréstimo e a conta caucionada fizeram face às dificuldades sentidas pela ausência de verbas. -----

Deputada Teresa Calado – depois dos esclarecimentos prestados registou que o estado da escola é favorável tendo em conta os anos anteriores. Considerou o número de alunos e o trabalho desenvolvido fatores determinantes para esta estabilidade. -----

Presidente da Câmara – informou que atualmente a escola tem mais turmas, aumentou em cerca de 70% o número de alunos e tem vários protocolos com outros países como Cabo Verde e Moçambique. Reconheceu a promoção como algo bastante importante. -----

Deputado Luís Carlos Varela – cumprimentou todos os deputados. Salientou o estado positivo que a escola apresenta, considerando a oferta formativa muito acertada e que não foi um percurso fácil até ao presente. Acrescentou que deve ser valorizado todo o trabalho da comunidade educativa na captação e formação de alunos. -----

Deputada Milene Cardoso – enalteceu o corpo docente da EPC pelo trabalho a nível didático e pedagógico que contribuiu para a qualidade e o sucesso da escola. Relembrou as emoções vividas naquele espaço e que ainda haverá muito para fazer. Agradeceu ao corpo docente pelo trabalho realizado neste momento de pandemia. -----

Deputada Teresa Calado – entende a emoção dos deputados Luís e Milene quando falam na escola profissional. Fez uma análise sobre os números apresentados e os anos anteriores, agradecendo aos funcionários e esclarecendo os deputados sobre os cursos e funções do Instituto no qual trabalha. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação e, por maioria, com 6 abstenções dos deputados do PS, foi aprovada a Prestação de Contas do Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda, nos termos em que havia sido apresentado pela Câmara Municipal. -----

1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART. 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

Foram presentes à Assembleia Municipal: -----

- Um RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS no período de 01/02/2020 a 31/03/2020, nas áreas de intervenção dos vários pelouros, que dada a sua extensão, aqui se dão por integralmente reproduzidos ficando a fazer parte desta ata e a ela anexa. -----

- A INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA elaborada de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei N.º 75/2013, de 12 setembro. -----

Não se registaram intervenções.-----

O Presidente da Assembleia pediu para que constasse em ata que este órgão tomou conhecimento. -----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Deu-se cumprimento ao consagrado no n.º 2 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, designadamente:

2 - A obrigatoriedade de realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais, conforme previsto nos artigos 49.º, 70.º e 89.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à , Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, fica suspensa até ao dia 30 de junho de 2020, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia sempre que tecnicamente viável.-----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu ao Município e aos deputados, deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Ana Borges secretária que a redigi. -----

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade no final da sessão. -----

O Presidente: *João Duarte Oliveira Brito Palma*

O Secretário: *Ana Isabel Borges*